

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

OFÍCIO Nº /2025/GP/CMC

Requer informações referentes ao programa IPTU SUSTENTÁVEL, em razão do aumento expressivo do valor do imposto entre os anos de 2022 e 2025, superior a 60%.

Senhor(a) Presidente

Com fundamento nos artigos 161 e 162, §3º, incisos V e VI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá, solicito à Exma. Sra. Presidente, Vereadora Paula Calil, que encaminhe este requerimento ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Cuiabá, para que, conforme determina o artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, preste, no prazo de 15 (quinze) dias, as seguintes informações, conforme previsto nos artigos 64 e 111, §2º da Lei Orgânica Municipal.

Especificamente, solicita-se que seja apresentado esclarecimentos sobre o **programa IPTU Sustentável**, em virtude do expressivo aumento do valor do imposto aos imóveis enquadrados no referido programa. Nesse contexto, chegou a este Gabinete documentos e relatos de contribuinte do Município de Cuiabá informando aumento expressivo do valor do IPTU entre os exercícios de 2022 e 2025, superior a 60%, mesmo após adesão ao Programa IPTU Sustentável, criado no âmbito municipal para concessão de desconto no IPTU a imóveis com instalação de sistema de energia solar.

Segundo o contribuinte e conforme documentos apresentados, verifica-se que o contribuinte apresentou pedidos administrativos de revisão, os quais foram indeferidos, sob fundamentos distintos, bem como não está claro se o Programa IPTU Sustentável efetivamente gerou benefício fiscal ou se, ao contrário, contribuiu para majoração do imposto.

Diante disso, o presente requerimento visa esclarecer tecnicamente os critérios adotados pelo Município, garantindo transparência, segurança jurídica e coerência na política fiscal ambiental.

### 1. Programa IPTU Sustentável

Qual é a base legal vigente do Programa IPTU Sustentável (lei, decreto ou regulamento)?

Quais são os critérios objetivos para concessão do benefício?

O imóvel de inscrição nº 01.4.25.012.0119.001 foi formalmente cadastrado no programa? Em caso positivo, qual benefício foi concedido nos exercícios de 2023, 2024 e 2025 ?Em caso negativo, qual o motivo técnico ou legal da não concessão?

### 2. Cálculo do IPTU e Valor Venal



Qual Planta de Valores Genéricos foi utilizada para o cálculo do IPTU nos exercícios de 2022, 2023, 2024 e 2025?

Houve alteração de metodologia ou apenas correção monetária?

Encaminhar memória de cálculo detalhada de cada exercício.

**3. Alterações Cadastrais (BCI) do Imóvel nº 01.4.25.012.0119.001**

Quais alterações cadastrais foram promovidas no imóvel entre 2022 e 2025?

Informar datas, fundamentos técnicos e responsável pela alteração.

Houve vistoria in loco? Em caso positivo, encaminhar relatório técnico e registros.

**4. Processos Administrativos do Imóvel nº 01.4.25.012.0119.001**

Encaminhar cópia integral dos processos administrativos de revisão de IPTU relacionados ao imóvel, incluindo requerimentos do contribuinte; pareceres técnicos e decisões e fundamentos dos indeferimentos.

**5. Impacto do Programa Ambiental**

O Município possui levantamento ou estudo sobre o impacto do Programa IPTU Sustentável no valor venal dos imóveis?

Há orientação administrativa para que a adesão ao programa não resulte em majoração indireta do imposto?

**JUSTIFICATIVA**

O presente requerimento visa subsidiar o mandato parlamentar para avaliar se o Programa IPTU Sustentável cumpre sua finalidade ambiental e fiscal, ou se há necessidade de ajustes normativos ou administrativos, evitando que políticas de incentivo resultem em efeito contrário ao interesse do contribuinte.

Pelos motivos acima expostos, submetemos a apreciação da Presidente desta Casa para o conhecimento da presente solicitação, bem como, requeiro ao Gabinete da Prefeitura Municipal de Cuiabá as informações supramencionadas.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 9 de fevereiro de 2026.

**Daniel Monteiro - REPUBLICANOS**

**Vereador(a)**

